



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 1/19



ACTA N.º 1/2022

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DO ANO DE 2022:

Aos 28 dias do mês de Fevereiro do Ano de 2022, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, desta Vila de Golegã, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. – APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL;
2. – IMÓVEL INSERIDO NA ARU 01 GOLEGÃ OESTE – Prorrogação de isenção por cinco anos de benefícios fiscais (IMI) – *Deliberação*;
3. – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE ISENÇÃO POR CINCO ANOS DE BENEFÍCIOS FISCAIS (IMI) – Imóvel inserido na ARU 06 Golegã/Rua Dr. Francisco Mendes de Brito – *Deliberação*;
4. – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE ISENÇÃO POR CINCO ANOS DE BENEFÍCIOS FISCAIS (IMI) – Imóvel inserido na ARU 06 Golegã/Rua Dr. Branco – *Deliberação*;
5. – ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DA GOLEGÃ – *Deliberação*;
6. – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia em representação das Juntas de Freguesia do Município – *Deliberação*;
7. – MAPA DE FLUXOS DE CAIXA 2021 – *Deliberação*;
8. – 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2022 – *Deliberação*;
9. – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – *Deliberação*;



----- Estiveram presentes todos os membros da Assembleia Municipal, à exceção da membro Senhora D. Filipa de Oliveira Conde Mendes. -----

----- De harmonia com o estipulado nos artigos 78º e 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugados com o artigo 18º, do Regimento da Assembleia Municipal, a membro Senhora D. Filipa de Oliveira Conde Mendes requereu a sua substituição, por ausência inferior a 30 dias, sendo a mesma substituída, na presente Sessão, pelo Senhor Miguel Carlos Rodrigues Cordeiro. -----

----- Igualmente esteve presente o Senhor António Carlos da Costa Camilo, Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, bem como o Senhor Dr. Diogo Miguel Alcaçarenho Rosa, Vice-Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores Senhores D. Maria Manuela Barreiros Nunes Serrão de Faria Veiga, Drª Ana Isabel Madeira Mota Sampaio Caixinha Duque e António Francisco Oliveira Pires Cardoso. -----

----- Quando eram 21 horas e 5 minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, após cumprimentar todos os presentes, declarou aberta a Sessão. -----

----- Em virtude da Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Senhora D. Filipa de Oliveira Conde Mendes, não estar presente, convidou para a Mesa a membro Senhora D. Ana Raquel da Costa Mateiro a fim de exercer as funções de Segunda Secretária, passando o Segundo Secretário, Senhor Filipe Rodrigues Azevedo Gonçalves, a exercer as funções de Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, na Sessão de hoje. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, prestou diversas informações, nomeadamente, que a membro Senhora D. Filipa de Oliveira Conde Mendes requereu a sua substituição, por ausência inferior a 30 dias, sendo a mesma substituída, na presente Sessão, pelo Senhor Miguel Carlos Rodrigues Cordeiro. -----

----- Informou, igualmente, que as faltas registadas na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada, no dia 29 de Dezembro de 2021, foram devidamente justificadas. -----

----- Informou ainda que os membros Senhores Rui Maltez e Daniel Romão estiveram presentes na última Reunião da Assembleia da CIMLT tendo, cada um deles, apresentado o seu relatório. Por último, deu conhecimento da correspondência recebida referindo que não havia nada de



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 3/19

relevante a assinalar. No entanto, informou que, a mesma, se encontra à disposição dos membros que a quiserem consultar. -----

----- Prestadas estas informações entrou-se então no Período de Antes da Ordem do Dia tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitado a dispensa da leitura das Atas, da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada, no dia 26 de Novembro de 2021 e da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada, no dia 29 de Dezembro de 2021, uma vez que, as mesmas, foram antecipadamente distribuídas a todos os membros. -----

----- Colocada à votação, a Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada, no dia 26 de Novembro de 2021, foi aprovada, **por unanimidade**, de harmonia com o nº 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo, publicado através do Decreto-lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, sem a participação dos membros Senhores, Miguel Carlos Rodrigues Cordeiro e D. Ana Raquel da Costa Mateiro, por não terem estado presentes na Sessão a que a Ata se refere, com exceção dos Pontos, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14 e 15, que foram aprovados em minuta no final da citada Sessão. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada, no dia 29 de Dezembro de 2021, à votação. -----

----- O membro Senhor Vítor Manuel da Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga, pediu a palavra para solicitar que fosse feita uma adenda relativamente à sua intervenção constante da folha 10 referindo que, a mesma, não estava de acordo com aquilo que tinha dito mas sim que, efetivamente, na altura da discussão das Grandes Opções do Plano, congratulou a Câmara Municipal por ter aberto uma rúbrica com uma determinada verba que, na altura, até chamou à atenção por a considerar insuficiente mas, pelo menos, estava aberta para se iniciarem as obras no Casal Centeio. -----

----- Tendo sido tomada em consideração este pedido de adenda e não havendo mais ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou então a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada, no dia 29 de Dezembro de 2021, à votação tendo, a mesma, sido aprovada, **por unanimidade**, de harmonia com o nº 3, do artigo 34º, do Código

do Procedimento Administrativo, publicado através do Decreto-lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, sem a participação dos membros Senhores Rui Manuel Narciso Maltez, D. Ana Raquel da Costa Mateiro, Daniel Teodoro Catarino Romão e D. Ana Filipa Garcia Contente, por não terem estado presentes na Sessão a que a Ata se refere, com exceção dos Pontos, 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16 e 17, que foram aprovados em minuta no final da citada Sessão. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se havia algum membro da Assembleia que quisesse apresentar Propostas, Moções, Votos de Louvor, de Pesar, etc. -----

----- O membro Senhor Carlos Santana, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, pediu a palavra para, na sua qualidade de Presidente de Junta, proceder à leitura de um documento onde, no âmbito desta Assembleia Municipal, propõe que seja constituída uma Comissão Organizadora das Comemorações do Dia 25 de Abril de 1974 e que essa Comissão seja constituída pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ou seu substituto, por um membro de cada Grupo Parlamentar Municipal, com assento nesta Assembleia, pelos Senhores três Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho e pelo Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal ou Vereador por ele designado. -----

----- Terminou a sua intervenção propondo ainda que as Comemorações do corrente ano de 2022 se realizem na Freguesia da Golegã devendo, as mesmas, realizar-se nos anos seguintes em todas as Freguesias em sistema de rotatividade, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 1. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, à votação, tendo a mesma, sido aprovada, **por unanimidade**. -----

----- De seguida, o membro Senhor Pedro Terré, pediu a palavra para proceder à leitura de um documento subscrito pelos membros do Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista, onde referem que os seus eleitos na Assembleia Municipal da Golegã, confrontados com a intervenção na Estrada Nacional 365 entre Vale de Figueira e o Pombalinho, manifestam o seu descontentamento e o seu desagrado, por a referida intervenção se ter limitado à execução de marcações da via, sem primeiro ter sido totalmente repavimentado o piso do atual troço, o que



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 5/19

consideram uma falta de respeito pelos condutores que por ali circulam diariamente, além de refletir uma má gestão das infraestruturas e do dinheiro público, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 2. -----

----- Relativamente a esta moção solicitou que a mesma fosse reencaminhado para a Câmara Municipal de Santarém e para as Infraestruturas de Portugal. -----

----- Ainda no uso da palavra, o membro Senhor Pedro Terré, procedeu à leitura de um outro documento, igualmente, subscrito pelos membros do Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista onde, através desta moção, apresentam o seu voto de condenação da invasão da República da Ucrânia pela Rússia, defendendo o seu apoio à soberania e à integridade territorial de Ucrânia e a solidariedade para com o povo Ucrainiano. Esta moção é um apoio à paz, à segurança e ao direito internacional, considerando a via diplomática como a única solução aceitável para a resolução do Conflito. -----

----- Saúdam e apoiam também a iniciativa de solidariedade lançada pelo Município da Golegã em conjunto com as juntas de Freguesia da Golegã, Azinhaga e Pombalinho de apoio ao povo Ucrainiano, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 3. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a moção referente à execução das marcações da via, sem primeiro ter sido totalmente repavimentado o piso do atual troço na Estrada Nacional 365 entre Vale de Figueira e o Pombalinho, à votação. -----

----- A mesma, foi aprovado, **por unanimidade**. -----

----- O membro Senhor Joaquim Morgado pediu a palavra para fazer uma declaração de voto e referir que apesar de ter votado favoravelmente esta moção apresentada pelos membros do Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista, no entanto, referiu que estas obras foram emanadas pelo Governo e o Governo é do Partido Socialista.-----

----- O membro Senhor Vitor Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga usou de seguida da palavra para esclarecer que de facto estão a condenar o trabalho que foi feito e que o

Partido Socialista tem responsabilidades sobre isso. No entanto, para que fique claro, aquilo que quer defender sobre o que aqui foi dito é que efetivamente o Governo é do Partido Socialista mas o Diretor de Estradas do Distrito de Santarém é do PSD. -----

----- Terminou a sua intervenção lamentando que o Ministério das Infraestruturas tenha permitido que se fizesse aquele trabalho. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação, a segunda moção apresentada pelo Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista onde se propõe a condenação da invasão da República da Ucrânia pela Rússia tendo, a mesma, sido aprovada, **por unanimidade**. -----

----- De seguida o membro Senhor João Raposo pediu a palavra para proceder à leitura de um documento relacionado também com a guerra na Ucrânia onde propõe que esta assembleia aprove o seguinte: -----

----- Um voto de solidariedade para com o povo da Ucrânia. Um povo que está a ser despejado da sua própria casa. Um povo a quem está a ser retirado o direito a ter um país. Um povo a quem está a ser retirado o direito à vida. -----

----- Um voto de repúdio para com o regime da Rússia, mais propriamente para com o seu ditador, Vladimir Putin. Alguém que sem qualquer direito ou respeito pela liberdade dos seres humanos, decide invadir um país soberano. Alguém que deveria ser jugado pelos crimes que comete contra a humanidade.-----

----- Um voto de repúdio para com o PCP – Partido Comunista Português, pelo seu apoio às ações do regime Russo, considerando-as justificadas. Há pouco tempo, durante as legislativas, muito se discutiu sobre os perigos da extrema direita. Agora aqui temos a extrema esquerda a mostrar as suas verdadeiras cores. A história já nos mostrou que os regimes extremistas nunca nos levam por bons caminhos, mas o Partido Comunista Português continua agarrado a ideologias partidárias obsoletas, colocando-as à frente do direito à vida, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 4. -----

----- Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou esta proposta à votação tendo, a mesma, sido aprovada, **por unanimidade**. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 7/19

[Handwritten signature]

----- O membro Senhor Carlos Crispim usou de seguida da palavra para apresentar uma nota de pesar pelo que se está a passar entre a Ucrânia e a Rússia, assim como manifestar a sua solidariedade para com o povo Ucrâniano. -----

----- Continuou a sua intervenção louvando o Executivo Municipal pela entrega de computadores e ventiladores ao Agrupamento de Escolas e ainda pela testagem à Covid 19 que fizeram no Concelho. -----

----- Louvou, igualmente, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Golegã pelo que tem feito em prol da comunidade escolar demonstrando não só por palavras como em atos os usos e costumes dos nossos antepassados Goleganenses. -----

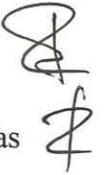
----- Ainda no uso da palavra perguntou ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal se tinha recebido o e-mail que lhe enviou uma vez que até ao momento não obteve resposta. -----

----- Questionou também o Executivo Municipal no sentido de saber em que estado estão as obras no Jardim do Equuspolis e se têm a noção dos perigos que lá existem, nomeadamente, caixas de derivação com fios soltos, postes de iluminação sem iluminação e árvores secas em risco de cair. -----

----- Por último, na sequência da intervenção que foi feita nas palmeiras da rotunda, perguntou se está programada alguma intervenção nas palmeiras que estão na Estrada Nacional 365 onde caíram várias folhas na estrada que vai para São Caetano e na estrada que vai para as Vendas. Ainda relativamente a essa estrada, no que diz respeito à sua sinalização, perguntou se o Executivo Municipal tem a noção do que lá está. -----

----- Usou então da Palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal que iniciou a sua intervenção referindo-se à questão da Estrada Nacional 365 entre o Pombalinho e Vale de Figueira informando que, em reunião de Câmara, esse assunto foi abordado e que inclusivamente a Senhora vereadora responsável por essa área propôs a constituição de uma comissão de utilizadores no sentido de repudiar essa situação. -----

----- Quanto às questões colocadas pelo membro Senhor Carlos Crispim, relativamente à obra do Equuspolis, esclareceu que as mesmas estão todas referências pela Divisão de Obras no sentido de serem solucionados o mais rápido possível. -----



----- Quanto à questão das folhas caídas na Estrada Nacional 365 referiu que todas as ocorrências são reportadas às Infraestruturas de Portugal, pese embora as palmeiras serem da Câmara Municipal. -----

----- De seguida, depois de devidamente autorizado, usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder à questão relativamente ao envio do e-mail que, no fundo, se baseia no funcionamento da ETAR. -----

----- Relativamente ao estado de funcionamento da ETAR informou que as coisas estão em andamento. Para que se perceba isso mesmo procedeu de seguida à leitura de um e-mail que recebeu, no passado dia 23 de Fevereiro, do responsável da Firma Mendes Gonçalves precisamente sobre o início do funcionamento da ETAR industrial. Basicamente o e-mail diz que irão passar água para os tanques da ETAR e assim sendo, na próxima quinta feira, vão começar a testar as bombas e todos os equipamentos da ETAR e da Estação Elevatória. -----

----- Face a esta situação esclareceu que logo que a ETAR da Mendes Gonçalves entre em pleno funcionamento a intervenção na ETAR Municipal irá ser iniciada prevendo-se que essa obra tenha um custo entre 70 a 80 mil euros mas que irá permitir uma notória melhoria no tratamento das águas residuais assim como todos os problemas que estão associados ao funcionamento da ETAR vão ser resolvidos. -----

----- Relativamente à questão do Equuspolis referiu que este é de facto um grande problema que este Executivo herdou porque, como é do conhecimento geral, a obra foi posta ao usufruto da população e não é preciso ser especialista para ir ao local e ver que o Equuspolis no estado atual em que está, depois das obras, está pior do que estava. -----

----- Ainda em relação ao Equuspolis informou que, por indicação dos Técnicos de Proteção Civil, o passadiço foi interditado há cerca de duas semanas por não apresentar condições de garantir a boa segurança para quem frequenta aquele espaço, nomeadamente crianças, uma vez que o perigo de queda é grande. -----

----- Terminou a sua intervenção referindo que o nível dos trabalhos que foram executados não corresponde aquilo que estava programado e aquilo que vai ter que acontecer e que neste momento já está a ser feito é o levantamento, por parte de técnicos especializados, dos trabalhos que foram feitos, nomeadamente, aquilo que estava previsto e que foi executado assim como o



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 9/19

[Handwritten signature]

que não foi executado e que brevemente a Câmara Municipal vai lançar um novo concurso para concluir os trabalhos que não foram executados. -----

----- O membro Senhor Carlos Santana, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, usou de seguida da palavra para questionar o Executivo Municipal sobre o seguinte. -----

----- Relativamente ao Equuspolis perguntou qual o estado de requalificação da alverca do campo bem como daquele pavilhão que lá existe para um futuro bar. -----

----- Ainda no uso da palavra questionou sobre a edição e o lançamento de um livro que foi feito no jantar do CIAT e que segundo lhe disseram tem a ver com a Golegã. -----

----- Terminou a sua intervenção perguntando se a estátua do campino, face às deficiências que apresenta, vai ou não ser reparada. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os devidos esclarecimento. No entanto, antes de responder diretamente às questões colocadas reportou-se ainda à questão do Equuspolis para informar que neste momento estão a ser utilizados todos os meios legais para se conseguir resolver a não conclusão da obra e acionar as garantias bancárias para reaver o dinheiro dos trabalhos não realizados dando como exemplo o facto daquele edifício de madeira, que irá servir de bar, nem sequer ter feitas as ligações de água, eletricidade e esgotos, daí a razão de se ter que lançar novo concurso para contratação de um novo empreiteiro para finalizar a obra. -----

----- Relativamente à questão dos livros, informou que o Executivo Municipal foi surpreendido com a aquisição de 600 exemplares de um livro do Cavalo Lusitano e 1000 exemplares de um livro Património Histórico e Cultural que foram recebidos nesta Câmara Municipal durante o mês de Janeiro e que tiveram um custo 2.621,00 euros e de 6.051,00 euros, respetivamente sendo que são da autoria do Senhor Ex Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Ainda no uso da palavra referiu que outra verdadeira surpresa foi o facto de estas aquisições terem sido feitas depois de se conhecerem os resultados das Eleições Autárquicas, uma a 30 de Setembro de 2021 e a outra a 18 de Outubro de 2021 que coincidiu com o último dia de mandato do anterior Executivo. -----



----- Referiu ainda que são quase nove mil euros que não terão qualquer utilidade numa tremenda falta de responsabilidade de gastos de recursos públicos e que muita falta fazem aos serviços. -----

----- Relativamente à questão da estátua do campino teceu para o efeito diversas considerações dando de seguida a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para prestar os devidos esclarecimentos. -----

----- Devidamente autorizado, o Senhor Vice-Presidente usou então da palavra para corroborar aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a questão dos livros, principalmente no que diz respeito ao livro sobre o património edificado da Golegã cujo autor é o anterior Presidente de Câmara e estamos a falar de 1000 livros que foram mandados fazer após o Senhor autor do livro e Senhor Ex Presidente de Câmara ter perdido as eleições. -----

----- Quanto à questão da estátua do Campino referiu que todos a conhecem e que não é fácil gostar dela. Ainda assim informou que foi o próprio escultor que solicitou a retirada da estátua porque, a mesma, tinha sido feita à pressão e, no fundo, aquilo que vai acontecer é que vai ser reparada e requalificada ao gosto do escultor para depois ser inaugurada com o devido respeito e com a devida perfeição. -----

----- O membro Senhor Vitor Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga, pediu a palavra para dizer que acredita que o escultor tenha dito uma coisa dessas, no entanto, referiu que se ele fez isso é um mau profissional, porque fez uma coisa contrariado e que não era aquilo que queria fazer, relatando de seguida, por comparação, uma situação que se passou a quando da elaboração da estátua a José Saramago com o escultor que a estava a fazer. -----

----- De novo no uso da palavra o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que o escultor não fez a estátua contrariado, a justificação que dá é que foi feita à pressa. -----

----- A membro Senhora D. Conceição Contente usou de seguida da palavra para questionar o Executivo Municipal relativamente à nova frota uma vez que, segundo aquilo está mencionado, existe um acréscimo de 130 mil euros para o Executivo. Face a essa situação, perguntou o que é que aconteceu e quais são efetivamente os valores que estão em causa. -----

----- Depois de devidamente autorizado usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para confirmar que, de facto, existe esse acréscimo, no entanto, esclareceu que isso se



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 11/19

deve, e muito, aquilo que é o funcionamento do mercado e que tem a ver com a escassez de veículos e com os motivos da pandemia. -----

----- Referiu ainda que pese embora esta situação que acabou de evidenciar aquilo que o Executivo Municipal defende é que, neste momento, existe um excesso de carros e isso é inegável. -----

----- Terminou a sua intervenção informando que, num futuro, os critérios sobre os carros que vão ser contratados vão ser seguramente outros. -----

----- Usou de seguida da palavra o membro Senhor Joaquim Morgado para perguntar o que é que se passa com a varredora uma vez que a deixou de ver nas ruas. -----

----- Ainda no uso da palavra perguntou também pela ceifeira aquática e a que tipo de reparação é que está a ser sujeita. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal para informar que por vezes existe dificuldade em adquirir peças para a varredora ou porque têm que vir do Porto ou porque não existem no mercado. No entanto, esclareceu que desde 2015 para a varredora poder circular na via pública é obrigatório ter matrícula e essa matrícula nunca foi tirada acabando a GNR por a ter sido apreendido durante a Feira de São Martinho. Perante esta situação o Executivo Municipal deu então início ao processo da matrícula da varredora. -----

----- Quanto à ceifeira aquática informou que está a ser alvo de uma intervenção de fundo e que consiste na eliminação de ferrugens, revisão da estrutura do tanque, enchimento de espuma de polietileno, entre outras, estando praticamente concluída a sua reabilitação. -----

----- Depois de devidamente autorizado, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para corroborar as palavras proferidas pelo Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal bem como prestar mais alguns esclarecimentos adicionais. -----

----- De seguida, o membro Senhor João Raposo pediu a palavra para, relativamente à obra do Equuspolis, perguntar se os trabalhos não realizados foram pagos ou não foram pagos e quais as soluções concretas que estão em cima da mesa. -----

----- Relativamente à estátua do campino referiu que ao consultar a base de dados dos contratos públicos viu lá o referido contrato e que, segundo o valor que lá está, custou 10 mil euros que, a



juntar provavelmente aos livros, são potenciais candidatos a despesas mais ridículas na gestão dos últimos anos. -----

----- Quanto à frota dos carros perguntou se foi feito algum estudo sobre a necessidade das viaturas uma vez que segundo aquilo que conseguiu apurar em 2013 eram 10 viaturas, em 2017 passaram a 15 e em 2021 passaram a 17, cujos valores de contratos passaram de 142 mil euros para 146 mil euros e para 279 mil euros, ou seja aqui houve um salto bastante significativo, achando difícil a situação da disponibilidade dos carros para a aquisição do aluguer operacional.-

----- Por último sublinhou o caricato da varredora ter sido apreendida durante a Feira Nacional do Cavalo. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal para informar que, como é do conhecimento geral, as Câmaras Municipais não podem pagar autos de medição ou serviços sem eles estarem executados. -----

----- Ainda no uso da palavra explicou que o que se passou no Equuspolis foi que o empreiteiro usou de uma prerrogativa que foi receber um adiantamento para a execução da obra e esse adiantamento iria sendo abatido nos autos de medição e por aquilo que se aperceberam ele já recebeu mais dinheiro do que a obra executada. -----

----- Relativamente aos carros novos informou que efetivamente existe uma diferença de 130 mil euros nos três anos de contrato. -----

----- Relativamente à questão da varredora confirmou que efetivamente é uma situação caricata, no entanto, aproveitou a oportunidade para acrescentar um facto que considera importante e que se esqueceu de mencionar. Teve a ver com a utilização de mais duas varredoras, durante a realização da Feira Nacional do Cavalo sendo que uma delas foi alugada e uma outra foi emprestada pela Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha a quem deixou um especial agradecimento ao Senhor Presidente Dr. Fernando Freire. -----

----- Após o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, depois de devidamente autorizado, ter esclarecido que o preço de uma varredora nova ronda os 150 mil euros que é um investimento avultado, o membro Senhor João Raposo lembrou, relativamente ao Equuspolis, que não foi respondida a questão de quais são as soluções concretas que neste momento estão em cima da mesa. -----

----- Respondeu então o Senhor Vice-Presidente da Câmara que a questão concreta é haver um



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 13/19

levantamento dos trabalhos que foram ou não executados e mediante esse levantamento lançar um novo procedimento com vista a concluir aquilo que não está ainda feito. -----

----- O membro Senhor Pedro Terré pediu a palavra para solicitar que fosse clarificada uma situação relativamente a esta matéria do Equuspolis que não percebeu muito bem. -----

----- Perguntou se quando o Senhor Presidente da Câmara disse que o empreiteiro recebeu mais dinheiro que a obra executada, se ele recebeu mais dinheiro que os trabalhos que foram apurados nos autos de medição, ou seja, os autos de medição não estavam corretos ou ele recebeu dinheiro e não executou esses trabalhos. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para esclarecer que é mesmo uma questão contratual. Na altura da adjudicação o empreiteiro pode solicitar o adiantamento de um determinado valor da adjudicação que vai sendo abatido aos autos de medição. Todavia, nesta obra, aconteceu um problema que foi a saída do primeiro empreiteiro tendo entrado outro que não tinha nada a ver com esta situação. Daí resultar o encontro de contas e a Câmara Municipal da Golegã ter a receber dinheiro das obras que ainda não estão executadas.

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, neste período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- 1. – APRECIACÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL; -----

----- Foi presente o documento elaborado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal que consta de um relatório das atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal no período compreendido entre 22 de Dezembro de 2021 e 23 de Fevereiro de 2022, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 5. -----

----- Pediu a palavra o membro Senhor Pedro Terré para relativamente a este Ponto da Ordem de Trabalhos, nomeadamente, no que diz respeito à Segurança e Proteção Civil, constante da página 5 do relatório, questionar o Executivo Municipal no sentido de saber qual o ponto de situação relativamente à Quinta das Obras uma vez que, no passado no dia 23 de Novembro, foi levantado o auto pela Câmara Municipal dando 30 dias para resolução do problema. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal para informar que esta questão da Quinta das Obras é uma situação que o preocupa bastante. -----

----- Informou que, efetivamente, já foram ultrapassados os 30 dias sendo que a Câmara Municipal irá fazer uma nova insistência para ver se se consegue levar este assunto a bom porto. Informou ainda que, paralelamente, a Câmara Municipal irá fazer uma participação ao Tribunal Judicial. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, passou-se de imediato ao Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

----- **2. – IMÓVEL INSERIDO NA ARU 01 GOLEGÃ OESTE – Prorrogação de isenção por cinco anos de benefícios fiscais (IMI) – Deliberação;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 3 de Janeiro de 2022, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 6. -----

----- Igualmente foi presente cópia da informação registada sob nº 88, datada de 8 de Dezembro de 2021, processo 2021/350.10.504/19, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 7. -----

----- Por ser parte interessada nesta matéria, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal ausentou-se da Sala. -----

----- Assumiu a Presidência da Mesa da Assembleia Municipal o Primeiro Secretário Senhor Filipe Gonçalves que convidou o Membro Senhor Joaquim Morgado para a Mesa da Assembleia Municipal e esta ficar legalmente constituída a fim de se poder prosseguir com os trabalhos. -----

----- Não havendo ninguém a quer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, submeteu o Ponto 2 da Ordem de Trabalhos – **IMÓVEL INSERIDO NA ARU 01 GOLEGÃ OESTE – Prorrogação de isenção por cinco anos de benefícios fiscais (IMI)**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**, o pedido de prorrogação da isenção de IMI, pelo prazo de cinco anos, previsto na alínea a) da Lei n.º 114/2017, de 29/12, para o imóvel inscrito na matriz predial urbana da Freguesia da Golegã com o artigo matricial n.º 3861 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Golegã sob o número 2635, inserido na área da ARU 01 Golegã Oeste. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 15/19

[Handwritten signature]

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal entrou na Sala e retomou o seu lugar na Mesa passando-se de imediato ao Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **3. – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE ISENÇÃO POR CINCO ANOS DE BENEFÍCIOS FISCAIS (IMI) – Imóvel inserido na ARU 06 Golegã/Rua Dr. Francisco Mendes de Brito – *Deliberação***; -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 14 de Janeiro de 2022, que se dá por integralmente reproduzida no documento n.º 8. -----

----- Igualmente foi presente cópia da informação de registo n.º 99, datada de 29 de Dezembro de 2021, respeitante ao processo 2019/350.10.504/19 e respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento n.º 9. -----

----- Não havendo ninguém a quer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 3 da Ordem de Trabalhos – **PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE ISENÇÃO POR CINCO ANOS DE BENEFÍCIOS FISCAIS (IMI) – Imóvel inserido na ARU 06 Golegã/Rua Dr. Francisco Mendes de Brito**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**, o pedido de prorrogação da isenção de IMI, pelo prazo de cinco anos, previsto na alínea a) da Lei n.º 114/2017, de 29/12, para o imóvel inscrito na matriz predial urbana da Freguesia da Golegã com o artigo matricial n.º 761 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Golegã sob o número 2420, inserido na área da ARU 06 Golegã. -----

----- O Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

----- **4. – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE ISENÇÃO POR CINCO ANOS DE BENEFÍCIOS FISCAIS (IMI) – Imóvel inserido na ARU 06 Golegã/Rua Dr. Branco – *Deliberação***; -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 14 de Janeiro de 2022, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 10. -----

----- Igualmente foi presente cópia da informação de registo nº 3, datada de 10 de Janeiro de 2022, respeitante ao processo 2022/350.10.504/1 e respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 11. -----

----- Não havendo ninguém a quer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 4 da Ordem de Trabalhos – **PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE ISENÇÃO POR CINCO ANOS DE BENEFÍCIOS FISCAIS (IMI) – Imóvel inserido na ARU 06 Golegã/Rua Dr. Branco**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**, o pedido de prorrogação da isenção de IMI, pelo prazo de cinco anos, previsto na alínea a) da Lei n.º 114/2017, de 29/12, para o imóvel inscrito na matriz predial urbana da Freguesia da Golegã com o artigo matricial n.º 3906 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Golegã sob o número 2337, inserido na área da ARU 06 Golegã. -----

----- De seguida passou-se ao Quinto Ponto da ordem de Trabalhos que constava do seguinte: ---

----- **5. – ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DA GOLEGÃ – Deliberação;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 14 de Janeiro de 2022, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 12. -----

----- Igualmente foi presente cópia da informação de registo nº 300, datada de 10 de Janeiro de 2022, respeitante ao processo 2020/150.10.200/1 e respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 13. -----

----- Não havendo ninguém a quer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 5 da Ordem de Trabalhos – **ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DA GOLEGÃ**, à votação. -----

----- O Sexto Ponto da ordem de Trabalhos, constava do seguinte: -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 17/19

✍
✍

----- **6. – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia em representação das Juntas de Freguesia do Município – Deliberação;** -----

----- Foi presente cópia do Decreto-lei nº 23/2019, de 30 de Janeiro, que se dá por integralmente reproduzido no documento nº. 14. -----

----- Deu entrada na Mesa uma Lista, designada por Lista A, subscrita pelos membros do Movimento 2021 É O ANO onde se propõe a eleição do Membro Senhor Carlos Manuel Santana Martins, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, como o Autarca de Freguesia no Conselho Municipal de Saúde, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 15. -----

----- Em virtude de estar em causa o juízo de valor sobre pessoas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a votação que se iria seguir seria por escrutínio secreto. -----

----- Decorrida a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: -----

----- Lista A – 18 votos a favor. -----

----- Face ao resultado obtido, foi eleito, **por unanimidade**, o membro Senhor Carlos Manuel Santana Martins, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, como representante das Juntas de Freguesia do Município, no Conselho Municipal de Saúde. -----

----- O Sétimo Ponto da ordem de Trabalhos, constava do seguinte: -----

----- **7. – MAPA DE FLUXOS DE CAIXA 2021 – Deliberação;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 11 de Fevereiro de 2022, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 16. -----

----- Igualmente foi presente cópia da informação DAF-PC-2021, datada de 16 de Fevereiro de 2022 e respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 17. -----

----- Não havendo ninguém a quer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 7 da Ordem de Trabalhos – **MAPA DE FLUXOS DE CAIXA 2021**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**. -----

----- De seguida passou-se ao Oitavo Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte:---

----- **8. – 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2022 – Deliberação;** -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 11 de Fevereiro de 2022, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 18. -----

----- Igualmente foi presente o documento em apreço que se dá por integralmente reproduzido no documento nº 19. -----

----- O membro Senhor Rui Maltez pediu a palavra para, relativamente à verba de 18 mil euros atribuída à Rotunda do Toiro, solicitar explicações sobre essa matéria. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para tecer diversas considerações e esclarecer que este assunto tem a ver com a VCE em que houve trabalhos a mais e revisão de preços no valor de cerca de 37 mil euros e havia 18 mil euros que não estavam contemplados no Orçamento para o ano de 2022, pelo que se tem que fazer este reforço para fazer face a este auto de medição de trabalhos a mais. -----

----- Não havendo mais ninguém a quer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 8 da Ordem de Trabalhos – **1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2022**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**. -----

----- O Nono e último Ponto da ordem de Trabalhos constava do seguinte: -----

----- **9. – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – Deliberação;** -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 19/19

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 11 de Fevereiro de 2022, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 20. -----

----- Igualmente foi presente cópia da informação de registo nº 2012, datada de 7 de Fevereiro de 2022, respeitante ao processo 2022/150.20.501/4 e respetivos documentos anexos que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 21. -----

----- Não havendo ninguém a quer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 9 da Ordem de Trabalhos – **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA**, à votação. -----

----- Aprovado, **por unanimidade**. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, não havendo público a querer intervir e havendo necessidade de dar execução às deliberações tomadas na Sessão de hoje, foi deliberado, **por unanimidade**, nos termos do nº 3, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar em minuta os Pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 da Ordem de Trabalhos, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

----- Quando eram 22 horas e 15 minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos que para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata que depois de aprovada vai ser por si assinada e pelo Coordenador Técnico, António Manuel Alves Sousa Riachos, que a lavrou. -----

O Presidente da Assembleia Municipal;

O Coordenador Técnico;

